

BERNARDO GUIMARÃES, PENSADOR SOCIAL.¹

Luciano Mendes de Faria Filho/UFMG

Eixo Temático 6. Intelectuais, pensamento social e educação.

O meu trabalho historiográfico com a produção literária de B. Guimarães pretendeu entender como o autor produziu em seus textos traços importantes da história brasileira do século XIX, tais como a educação, a escravidão, a idéia de civilização e de progresso, dentre outras. Não pretendi encontrar, como de fato não encontrei, coerências ou incoerências do autor. Pelo contrário, se há uma idéia que resultou de minha leitura da obra literária de Bernardo Guimarães é a de que ela sintetiza menos um projeto ordenado de quem as produziu e muito mais um conjunto muitas vezes desorganizado e desconexo de temas, de projetos e de visões de mundo que habitavam o ambiente intelectual, político e cultural vivido pelo autor. Tais dramas e projetos, produzidos na e pela literatura, não significam, no entanto, um simples reflexo daquilo que era experienciado socialmente pelo escritor e pelos seus contemporâneos, mas se mostram na *forma* de uma das autênticas maneiras possíveis de se produzir o Brasil no momento em que o dava a ler: *a arte literária*.

Portanto, da imensa galeria de personagens, paisagens, dramas e tramas do Brasil oitocentista produzidos nas histórias de Bernardo Guimarães fui recortando e compondo uma outra narrativa de modo a dar a ver/ler uma outra possibilidade – a minha, de historiador da educação – de uma obra de inesgotável riqueza de sentidos e significados. Assim operando, espero possibilitar ao leitor o contato com um pouco daquilo que o escritor mineiro produziu e, sobretudo, mostrar um autor atento à história de seu tempo e reflexivo sobre a experiência de sua gente.

Bernardo Guimarães ocupou-se, em diferentes momentos de sua vida e em diversas das suas produções, a pensar o Brasil, a começar pela própria história do país. Boa parte de sua preocupação a respeito da nação brasileira já estava posta n' *A Actualidade*, jornal por ele fundado e dirigido, no Rio de Janeiro, no final da década de 1850.

A produção de BG é povoada de problemas, cenas e questões sociais de sua época. Lá estão a escravidão, a problemática indígena e da criança abandonada, a questão da

¹ Este trabalho é parte dos resultados da pesquisa que desenvolvi no meu Pós Doutorado no Departamento de História da PUC-Rio, sob supervisão do prof. Ilmar H. Mattos, a quem agradeço imensamente.

educação e da civilidade, as relações entre a cidade e o campo... enfim, lá está presente a história de seu tempo. Nesse sentido, sem querer simplesmente derivar a produção literária do contexto social, neste texto vou empreender um esforço no sentido de elucidar as formas como BG põe seus narradores e personagens entretecendo o cotidiano e refletindo sobre as grandes e pequenas preocupações políticas e sociais que o cercam.

Uma das questões mais candentes na produção literária de BG refere-se à *violência* e a *(in)justiça* que campeavam pelas cidades e campos brasileiros do oitocentos.² Noutros trabalhos (FARIA FILHO,1998;1999) chamo a atenção para o fato de o século XIX viver uma verdadeira obsessão legislativa, baseada na crença de que a lei ordenaria o mundo social e colocaria o Brasil, nação independente, em condições de ombrear com suas irmãs do mundo ocidental no caminho para o progresso. Fator de ordem e garantidora do progresso, a lei seria também um dos principais signos de um povo civilizado. Tal obsessão invade toda vida social, refletindo-se, por exemplo, na importância dos bacharéis na cena política e numa enxurrada de leis sobre educação.

Bacharel e juiz, seus personagens estão constantemente lembrando a violência dos ricos para com os pobres, a importância do cumprimento da lei e a impossibilidade de se fazer isso no Brasil. No romance *Maurício* o personagem principal vai, em certo momento, se queixar dos “abusos, agravos e violências” que seu patrícios sofriam, e o faz da seguinte forma:

“...Não vejo de que se possam queixar senão de seu próprio gênio turbulento e rebelde a todo jugo e disciplina legal. Querem viver a lei da natureza como dantes; isso não pode ser, porque não somos selvagens e nem viemos aqui para tolerar a continuação de semelhante estado. Quer queiram, quer não, hão de submeter-se ao rigor de nossas leis.

Engana-se vossa mercê, - replicou Maurício com dignidade, - estamos prontos a nos submeter ao império das leis; mas para nós paulistas não há lei, há só capricho e arbítrio para nos oprimir e vexar ao último ponto.”(GUIMARÃES, 1941,p.305)

No livro *A escrava Isaura*, escrito em 1875, mas cuja história supostamente se passaria “nos primeiros anos do reinado do senhor dom Pedro II”, o pai da heroína sabedor da situação em que vivia a filha recorre a várias pessoas e autoridades na tentativa de ajudá-la. No entanto, tal esforço mostra-se vão e é lembrado da seguinte forma pelo narrador:

² A este respeito ver, por exemplo, o clássico de Maria S. de Carvalho Franco, *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo:Kairós, 1983, 3^a. ed.

“Bem se lembrara o infeliz pai de dar denúncia do fato à autoridades, implorando a proteção das leis em favor de sua filha, para que não fosse vítima das violências e sevícias de seu dissoluto e brutal senhor. Mas todos a quem consultava, respondiam-lhe a uma voz: Não se meta em tal; é tempo perdido. As autoridades nada têm a ver com o que se passa no interior da casa dos ricos. Não caia nessa; muito feliz será, se somente tiver que pagar as custas, e não lhe arruarem em cima algum processo, com que tenha de ir dar com os costados na cadeia. Onde se viu o pobre ter razão contra o rico, o fraco contra o forte?”(GUIMARÃES, s.d.p.99)

Noutra ocasião, no mesmo romance, a questão reaparece, sendo-lhe acrescentada uma nova dimensão: a relação tensa entre o *governo da casa* e o *governo do estado*, nas palavras de Ilmar H. MATTOS(1994,p.252-3). Trata-se da reação de Álvaro à idéia de que Leôncio, apesar de tudo, tem direito sobre Isaura. Em conversa com Geraldo, advogado, Álvaro afirma:

“- Infame e cruel direito é esse, meu caro Geraldo. É já um escárnio dar-se o nome de direito a uma instituição bárbara, contra a qual protestam altamente a civilização, a moral e a religião. Porém, tolerar a sociedade que um senhor tirano e brutal, levado por motivos infames e vergonhosos, tenha o direito de torturar uma frágil e inocente criatura, só porque teve a desdita de nascer escrava, é o requinte da celeradez e da abominação.

- Não é tanto assim, meu caro Álvaro; esses excessos e abusos devem ser coibidos; mas como poderá a justiça ou o poder público devassar o interior do lar doméstico, e ingerir-se no governo da casa do cidadão? Que abomináveis e hediondos mistérios, a que a escravidão dá lugar, não se passam por esses engenhos e fazendas, sem que, já não digo a justiça, mas nem mesmo os vizinhos, deles tenham conhecimento?... Enquanto houver escravidão, hão de se dar desses exemplos. Uma instituição má produz uma infinidade de abusos, que só poderão ser extintos cortando-se o mal pela raiz.

- É desgraçadamente assim; mas se a sociedade abandona desumanamente essas vítimas ao furor de seus algozes³, ainda há no mundo almas generosas que se incumbem de protegê-las ou vingá-las.” (GUIMARÃES, s.d.p.135)

Da crítica à lei que protege a instituição da escravidão, mesmo que esta seja condenada pela civilização, pela moral e pela religião, passa-se a um questionamento geral do arcabouço jurídico do império, agora acusado de fazer justamente o contrário daquilo que promete: a garantia da justiça.

³ A afirmação de que os escravos são vítimas de seus algozes brancos pode ser lida como um contraponto ao livro de Joaquim Manoel de Macedo, *As vítimas algozes*, publicado em 1869. Neste livro, pretendendo defender a abolição, expunha-se a tese de que, na verdade, os brancos eram as vítimas e os escravos os seus algozes, e, por isso, os senhores deveriam libertar seus escravos para se verem livres de uma ameaça.

“Miserável e estúpida papelada que são essas vossas leis. Para ilaquear a boa fé, proteger a fraude, iludir a ignorância, defraudar o pobre e favorecer a usura e rapacidade nos ricos, são elas fecundas em recursos e estratégias de toda a espécie. Mas quando se tem em vista um fim humanitário, quando se trata de proteger a inocência desvalida contra a prepotência, de amparar o infortúnio contra uma injusta perseguição, então ou são mudas ou são cruéis.” (GUIMARÃES, s.d.,p.136)

Também Elias, de *O garimpeiro*, “estava (...) persuadido que nos sertões as leis e a justiça são impotentes contra quem quer que tenha na carteira algumas centenas de contos de réis”(GUIMARÃES,1955,p.271), demonstrando uma vez mais não apenas a presença das tensões sociais da obra literária, mas sobretudo uma clara consciência sobre as bases sociais da injustiça e da opressão.

Outro elemento desse projeto é, sem dúvida, a representação que se constrói sobre a cidade, o mundo urbano e as relações, quase sempre belicosas, desta com o sertão. A cidade vai aparecer na obra de B. Guimarães como uma criação ambígua da industriiosidade humana, pois índice de civilidade e de violência. Assim, no poema *O ermo*, publicado inicialmente em 1852, depois de falar das belezas da natureza, o poeta exclama:

“Onde se cuida de ouvir, entre os suspiros
Da folha que estremece, os ais carpidos
Dos manes do Indiano, que ainda chora
O doce Éden que os brancos lhes roubaram!..

Que é feito pois dessas guerreiras tribos
Que outrora estes desertos animavam?
Que foi deste povo inquieto e rude
De brônzea cor, de tôrva catadura,
Com seus cantos selváticos de guerra
Restrugindo no fundo dos desertos
A cujos sons medonhos a pantera
Em seu covil de susto estremeceia?
Oh! Floresta - que é feito de teus filhos?”(GUIMARÃES FILHO,
1959,p.34-5)

Mas, depois de lamentar a destruição, a criação da cidade aparece como *decreto irrevogável da providência* e como justificativa da ação devastadora do homem, mas aparece sobretudo como espaço da política, da civilidade, pois é nele que *murmurará a voz de um povo*.

“Mas não te queixes, musa; - são decretos
Da eterna providência irrevogáveis!
Deixa passar destruição e morte

Nessas risonhas e fecundas plagas,
 Como charrua, que revolve a terra,
 Onde germinam do porvir os frutos.
 O homem fraco ainda, e que hoje a custo,
 Da criação a obra mutilando,
 Sem nada produzir destruí apenas,
 Amanhã criará; sua mão potente,
 Que doma e sobrepuja a natureza,
 Há de imprimir um dia forma nova
 Na face deste solo imenso e belo:
 Tempo virá em que nessa valada
 Onde flutua a coma da floresta,
 Linda cidade surja, branquejando
 Como um bando de garças na planície;
 E em lugar desse brando rumorejo
 Aí murmurará a voz de um povo” (GUIMARÃES FILHO, 1959,p.39)

Mas, se a cidade representa o progresso material e o gênio criador humano, o sertão não é apenas lugar de obscurantismo e das mazelas do Império. N’*O garimpeiro*, escrito em 1872, ao descrever a região de Patrocínio, Araxá e Uberaba, onde se passa o romance, o narrador diz:

“Tudo é belo e grandioso, risonho e enlevador, por aquelas imensas solidões.(...)

Posto que ali ainda não tenham penetrado os benefícios do progresso material, todavia a condição moral e intelectual da população é sempre excelente. Os habitantes dessas regiões são notáveis pela amenidade dos costumes e amabilidade do trato.

Nessa paragens, os homens são robustos, ativos e inteligentes, as moças são bem feitas, meigas e formosas.”(GUIMARÃES,1955,p.187)

Mas, é também neste mesmo romance que aparecem de forma muito contundente as tensões entre a cultura da cidade, representada pela Corte, e do sertão. Em conversa na casa do Major, pai da heroína Lúcia, um certo “tipo acabado de peralvilho da corte”, conforme descrito pelo narrador, desdenhava das cavalhadas, um costume local.

“- Na corte ninguém iria ver cavalhadas senão para rir-se. É um divertimento do tempo de El-Rei nosso senhor. Que papel ridículo não fazem esses papalvos que ali vão galopar enfeitados de chapéus armados, banda, fitas e ouropéis como figuras de entremez!... E a embaixada, Santo Deus! Há nada mais estúpido! Admira que ainda haja homens sérios, que assim se atrevam a prestar-se ao debique em público sobre um cavalo dançador, repetindo de boca cheia uma asneira que ninguém entende! É espetáculo próprio para bobos ou crianças.

- Ora deixe-se disso, senhor Azevedo – replicou o Major – o senhor é bem difícil de contentar. O nosso povo gosta de cavalhadas, é doido por elas. Não podemos ter circos nem teatros, como grandes cidades; que remédio, nos servimos com a louça de casa!” (GUIMARÃES, 1955, p.199)

Como, apesar das defesas do Major, o rapaz continuava mais e mais ridicularizando os costumes e dos habitantes locais, Elias, o herói, que até então tinha se mantido calado, entra na conversa dizendo:

“...O senhor bem sabe que as cavalhadas não são mais do que uma imagem, um simulacro das antigas justas de torneios. Mas esses divertimentos bárbaros, que se derramava sangue, e que muitas vezes custavam vidas aos justadores, não podem compadecer-se com as luzes e costumes da civilização atual, e admira que, mesmo nos sanguinários tempos da média idade, fossem tolerados entre povos cristãos. A cavalhada, porém, ficou como uma imitação daquelas lutas cavalheirescas, que, não custando o sangue nem a vida a ninguém, oferece um brilhante e nobre espetáculo aos olhos do povo. A equitação é uma arte útil, necessária mesmo; ninguém a pode contestar. A cavalhada produz o estímulo e emulação entre os moços para se exercerem nesta vantajosa e nobre arte, dando-lhes ocasião de alardear o seu garbo e destreza em dirigir um possante e feroso ginete aos olhos do público, e às vezes também de uma amante querida, que o fundo do seu palanque o anima com um olhar, ou com um sorriso.” (GUIMARÃES, 1955, p.199-200)

E continua falando sobre a importância da equitação, da cavalaria, da importância do incentivo à criação de cavalos de raça no Brasil e termina perguntando:

“...O senhor acha ridícula a cavalhada; mas, pergunto eu, qual será mais ridículo, uma cavalhada ou um baile? Quem se presta mais ao debique público: aquele que dirige e sopeia uma generoso corcel no meio da liça, sopesando uma lança ou brandindo uma espada, ou aquele que ao lado de uma dama arrasta os pés em um salão, fazendo medidas, trejeitos e requebros? Qual será a prenda mais útil e mais nobre, a dança ou a equitação? Qual será mais proveitoso ao país, um bom dançarino ou um bom cavaleiro?” (GUIMARÃES, 1955, p.201)

Podemos lembrar também que, no romance *Maurício*, a falta de ocasiões para seu entretenimento, como *teatros, saraus e cursos*, como existiam em São Paulo, é justificativa dada pelo filho do Capitão-mor para a necessidade de seduzir a filha do ferreiro, pois, dizia ele “com quem a gente há de se divertir senão com as raparigas do povo?...”(GUIMARÃES, 1941, p.246)

O terceiro elemento para o qual queremos chamar a atenção está relacionado ao casamento e à família. Como sabemos a instituição do casamento monogâmico e a constituição da

família nuclear estável são elementos fundamentais do projeto civilizatório oitocentista. Em todos os romances de BG há uma clara defesa, do narrador e de diversos personagens, de que o amor romântico é que deve ser o balizador fundamental das uniões matrimoniais. No entanto, a defesa de tal propósito aparece, também, na crítica à forma como a questão era conduzida pelas famílias, as quais não atentavam para a importância dos afetos e para os projetos de futuro dos filhos.

Assim, n^o *A Escrava Isaura*, o narrador, ao falar sobre o casamento e a noiva de Leôncio, afirmava que “Malvina, a formosa filha de um riquíssimo negociante da corte, amigo do comendador, já estava destinada a Leôncio por comum acordo e aquiescência dos pais de ambos”.(GUIMARÃES, s.d,p.15) Como consequência, ao referir-se à paixão de Leôncio por Isaura, ressaltava-se que:

“Posto que lhe coubesse em sorte uma linda e excelente mulher, ele não se havia casado por amor, sentimento esse, a que seu coração até ali parecia absolutamente estranho. Casara-se por especulação, e como sua mulher era moça e bonita, sentira apenas por ela paixão, que se ceva no gozo dos prazeres sensuais, e com ele se extingue.”(GUIMARÃES, s.d.,p.21)

No romance *A filha do fazendeiro*, ao comentar que Paulina, a heroína, fora prometida a Roberto, seu primo, faz-se uma crítica a tal prática:

“Havia mesmo já como um ajuste tácito entre os pais para o casamento dos dois primos, e já desde a infância os entretinham em ar de brinco com essa idéia, - mau costume que há nas nossas famílias, e que às vezes produz funestos resultados.”(GUIMARÃES, 1976,p.32)

Em *O garimpeiro*, ao notar a afeição entre Lúcia e Elias, pensa o Major que “...casar sua filha com um pobretão, que além da roupa do corpo só possuía um cavalo, um cão e uma espingarda, um estranho, sem nome, sem fortuna, sem posição era coisa cuja possibilidade nem por sobre passava-lhe pelo espírito.” (GUIMARÃESS, 1955,p.215) Depois, por duas vezes, fez Lúcia prometer casamento como quem trata um negócio (aliás, como quem faz negócio mesmo, pois os casamentos lhe tirariam da miséria em que se encontrava).

No entanto, nos romances de B. Guimarães, a prática de tratar casamento para os filhos sem levar em conta elementos outros que os projetos familiares, não era apenas dos brancos. N^o *O ermitão...*, referindo à heroína afirma-se:

“Guaraciaba, que desde a primeira vista sentira pelo jovem estrangeiro uma súbita e viva afeição, ingênua e singela como todas as filhas da floresta,

abandonava-se sem escrúpulos a esse sentimento de que apenas tinha consciência e nem procurava dissimulá-lo. Sua união com Inimá, a quem ela não votava nem ódio nem afeição, era apenas um projeto de família, de que se ouvia falar desde o berço, e do qual, na infantil singeleza de sua alma, não compreendia ainda nem a importância nem o alcance...” (GUIMARÃES, 1955,p.89)

Ao invés desses desastrosos casamentos, arranjados por interesse, nos diversos romances e novelas de B. Guimarães, bem ao estilo romântico, exaltar-se-á o casamento baseado nos sentimentos amorosos que unem os casais e, nesta perspectiva, vai-se criando uma atmosfera na qual os pais têm que respeitar o livre arbítrio dos filhos no momento de definir os seus legítimos projetos de futuro, seja conjugal, profissional ou outros.

De formas diferenciadas isso vai sendo explicitado, tanto para e pelos homens quanto para e pelas mulheres. N’*A voz do Pagé* quando a menina Elvira conta para sua dama de honra que está apaixonada pelo índio Henrique é recriminada e lembrada que o seu pai já lhe arrumara um marido e que este era esperado a qualquer momento, ao que ela responde: “*Ah! Que terrível lembrança me vens despertar! Praza o céu nunca meus olhos vejam esse esposo, que não conheço e que já detesto. Maria, não me fales mais nisso; deixa-me esquece-lo; só a idéia desse casamento me assassina.*” (GUIMARÃES, 1914,p.81)

No entanto, cabe ressaltar que, no conjunto dos textos lidos não são as mulheres brancas e livres aquelas que melhor explicitam e levam avante seus sonhos de um casamento por amor, e sim a escrava Isaura, a índia Guaraciaba e a mestiça Jupira.

Já as coplas que Isaura cantava, nas primeiras páginas do livro, anunciavam o seu lamento amoroso mais do que sua condição de escrava :

“Desd’o berço respirando
Os ares da escravidão,
Como semente lançada
Em terra da maldição.
A vida passo chorando
Minha triste condição.

Os meus braços estão presos,
A ninguém posso abraçar,
Nem meus lábios, nem meus olhos
Não podem de amor falar;
Deu-me Deus um coração
Somente para penar.....: (GUIMARÃES, s.d.,p.7)

Em uma das investidas de Leôncio sobre Isaura, evidenciando a diferença pretendida entre a posse do corpo e o controle dos afetos, tem-se o seguinte diálogo:

“... Lembra-te, escrava ingrata e rebelde, que em corpo e alma me pertence, a mim só e a mais ninguém. És propriedade minha; um vaso que tenho entre as minhas mãos, e que posso usar dele ou despedaçá-lo a meu sabor.

- Pode despedaçá-lo, meu senhor; bem o sei; mas, por piedade, não queira usar dele para fins impuros e vergonhosos. A escrava também tem coração e não é dado ao senhor querer governar os seus afetos.” (GUIMARÃES, s.d.,p.73)

N’*O ermitão* depois de ter sua honra questionada por Inimá, seu pretendente chavante, e ao descobrir-se apaixonada por Itajiba, Guaraciaba estabelece o seguinte diálogo com seu pai.

“- Perdoa-me, meu pai, se vou de encontro às tuas vistas a meu respeito; mas devo hoje declarar-te com franqueza; eu não devo jamais ser esposa de Inimá.

- Que dizes filha? Pois queres que eu falte a minhas sagradas promessas?

- Mas, meu pai, se esse que destinas para meu companheiro e que deve substituir-te no comando da tribo, tornar-se, por suas ações, indigno dessa honra, se procede como um vil e vai deslustrar teu nome e tua geração, desde esse momento estás desligado de tuas promessas. Desde o berço ouço falar que sou destinada a Inimá, mas posto que não lhe tivesse repugnância, contudo nunca ao seu nome palpitou-me o coração, nem suspirou por essa união. Hoje, porém, tudo mudou; sua presença me importuna, seu amor me atormenta, e essa união, com que me acenam, tornou-se para mim uma ameaça de morte. Se é a sucessão do governo da tribo que ele ambiciona, dê-lha meu pai, dê-lha sem mim, que de bom grado a ela renuncio, e nem aspiro a outra felicidade senão a que é dada pelo amor.” (GUIMARÃES, 1955,p.110)

Também Jupira teve seu casamento tratado com Baguari, guerreiro da tribo Guaianares, por sua mãe Jurema. No entanto, ela, depois de matar seu insistente pretendente, foge para a casa do pai, homem branco que vivia na cidade, como já se disse. Lá, diante da vontade de seu pai em arranjar-lhe um casamento com o jovem Quirino, ela diz:

“Meu pai, - disse-lhe ela afinal com um sorriso, que fez arrepiarem-se as carnes de José Luís, - ninguém será capaz de dar-me um marido contra a minha vontade; eu já sei como a gente se livra deles, quando nos querem levar à força!”(GUIMARÃES, 1976,p.165)

Mas, o casamento por amor podia, também, adquirir ares de um ato político contra a ordem vigente. Em *A escrava Isaura*, diante da inconveniência, apontada por seu amigo Geraldo, de casar-se com uma escrava, Álvaro diz:

“A escravidão em si mesma já é uma indignidade, uma úlcera hedionda na face da nação, que a tolera e protege. Por minha parte, nenhum motivo enxergo para levar a esse ponto o respeito por um preconceito absurdo, resultante de um abuso, que nos desonra aos olhos do mundo civilizado. Seja eu embora o primeiro a dar esse nobre exemplo, que talvez seja imitado. Sirva ele ao menos de um protesto enérgico e solene contra uma bárbara e vergonhosa instituição.”(GUIMARÃES, s.d,p.137)

Ainda a respeito da família, o olhar arguto de BG dirige-se à própria estruturação da família brasileira daquele momento: a convivência, num mesmo núcleo doméstico, de uma família alargada, ou seja, da família consanguínea e os agregados. Esta situação é estruturante dos enredos dos romances de BG e, ao mesmo tempo, prenúncio de grandes e não raros dramas e tragédias, pois em quase todos eles é a convivência entre dois jovens desde criança que permite o aparecimento dos afetos amorosos entre eles.

Referências bibliográficas⁴:

- Faria Filho, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a história da educação. In: Faria Filho, Luciano Mendes de. (Org.) *Educação, modernidade e civilização*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- Guimarães, Bernardo. *O ermitão de Muquém* (1869); *O garimpeiro* (1872). São Paulo: Livraria Martins Ed., 1955.
- _____. *O seminarista* (1872) São Paulo: Ática, 1995, 22^a ed.
- _____. *História e tradições de Minas Gerais* (1872) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976
- _____. *A escrava Isaura* (1875) São Paulo: Círculo do Livro, s.d.
- _____. *Maurício ou Os paulistas em São João del-Rei* (1877) Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia Ed., 1941.
- _____. A voz do Pagé. In: Cruz, Dilermano. *Bernardo Guimarães (Perfil biobibliográfico)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1914.
- _____. *O índio Afonso*. Rio de Janeiro: Garnier, sd.
- Guimarães Filho, Alphonsus de (Org). *Poesias Completas de Bernardo Guimarães* (1852-1883) Rio de Janeiro: INL, 1959.
- _____. *Poesia erótica e satírica* (1852-1883). Rio de Janeiro: Imago, 1992. (Org. Duda Machado).
- Mattos, Ilmar H. *Tempos de Saquarema*. Rio de Janeiro: Acces, 1994, 2^a ed.

⁴ Nas referências das obras de B. Guimarães, as datas que estão entre parênteses correspondem aos respectivos anos de publicação da 1^a ed. do livro.